

J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical

J. G. Holland, social countercontrol and socialization of radical behaviorism

J. G. Holland, contracontrol social y socialización del conductismo radical

Celso Pereira de Sá ✉

Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985

RESUMO

Este breve texto sobre as contribuições de J. G. Holland à análise do comportamento começa com um reconhecimento da sua influência, principalmente no que se refere ao exercício do contracontrole, na elaboração da minha tese de doutorado dez anos depois. Em seguida, os problemas de aceitação da orientação comportamental nos ambientes acadêmico e leigo apontados por Holland são discutidos à luz de outras evidências. Uma parte seguinte do texto descreve e discute sucintamente a pesquisa realizada como parte da tese, com ênfase à produção de uma cartilha de contracontrole social e à avaliação do seu uso por líderes sindicais, políticos e comunitários, em termos de informantes qualificados. Finalmente, são desenvolvidas considerações acerca da possível socialização atual do behaviorismo radical pela prática da terapia comportamental, assim como de uma das últimas produções de Skinner destinadas ao público leigo.

Palavras chave: J. G. Holland; contracontrole social; behaviorismo radical.

ABSTRACT

This brief text on the contributions of J. G. Holland to behavior analysis begins with an acknowledgment of its influence, particularly as to the exercise of countercontrol, in the preparation of my doctoral thesis ten years after. Following, problems of acceptance of behavioral orientation in academic and lay environments observed by Holland are discussed in the light of further evidence. A next part of the text describes and discusses the

✉ sa.celso@gmail.com

research conducted as part of the thesis, with emphasis on the production of a handbook of social countercontrol and the evaluation of its use by union, political and community leaders, in terms of qualified informants. Finally, considerations are developed on the possible current socialization of radical behaviorism through the practice of behavioral therapy, as well as through one of the last Skinner's productions to the lay people.

Keywords: J. G. Holland; social countercontrol; radical behaviorism.

RESUMEN

Este breve texto sobre las contribuciones de J. G. Holland a la análisis de la conducta comienza con un reconocimiento de su influencia, especialmente en relación con el ejercicio de countercontrol, en la preparación de mi tesis doctoral diez años después. A continuación, los problemas de aceptación de la orientación conductual en los ambientes académico y laico apuntados por Holland se discuten a la luz de otras evidencias. Una siguiente parte del texto describe y discute la investigación llevada a cabo como parte de la tesis, con énfasis en la producción de un Manual de Contracontrol Social y en la evaluación de su uso por líderes sindicales, políticos y de la comunidad, como informantes calificados. Por último, se desarrollan consideraciones sobre la posible socialización actual del conductismo radical a través de la práctica de la terapia de comportamiento, así como de una de las últimas producciones de Skinner para los laicos.

Palabras clave: J. G. Holland; contracontrol social; conductismo radical.

É extremamente louvável a iniciativa da Revista de produzir um número especial sobre James G. Holland e sua obra, focalizando em especial o seu instigante artigo sobre a possibilidade dos princípios comportamentais servirem a propósitos revolucionários (Holland, 1973). Isto em contraposição às críticas predominantes no âmbito da intelectualidade progressista que associavam o behaviorismo unicamente ao serviço das instituições governamentais e aos interesses das elites econômicas. Pessoalmente, estou muito grato por poder participar desta homenagem, não só devido à importância intrínseca do seu trabalho, mas também pelo muito que lhe devo no que se refere à elaboração da minha tese de doutorado (Sá, 1985).

Deixei registrada a razão da minha dívida ao referir no texto da tese que Holland (1973) considerava

que aqueles que se encontram em melhores condições para usar a tecnologia comportamental são os detentores do poder político e econômico, mas que ele descortinava também uma possibilidade de atuação para os cientistas do comportamento politicamente engajados. E fiz questão de reproduzir o texto em que ele tornava explícita tal possibilidade.

Podemos fazer uma tentativa de transmitir ao povo as nossas descobertas: e promover aplicações que sejam mais adequadas às suas necessidades do que às necessidades da elite. O mais importante a esse respeito é que o cientista do comportamento analise a operação de controle comportamental em nossa sociedade e comunique essa análise a outros para que estejam melhor preparados para o contracontrole. Com

esse fim, deverá analisar também os efeitos potenciais de diferentes formas de contracontrole. Em segundo lugar, deverá idealizar uma tecnologia intrinsecamente adaptada para se usar na luta. (Holland, 1973, pp. 273-274)

Minha tese envolveu uma extensa resenha da obra de Skinner, bem como uma apreciação crítica das possibilidades de sua aplicação socialmente relevante, acompanhada de uma pesquisa empírica sobre tal aplicabilidade. Foi nesta última parte que, 10 anos após Holland tê-lo formulado, segui seu conselho de comunicar a análise comportamental do controle social às pessoas de modo a que elas estejam melhor preparadas para o exercício do contracontrole. Para promover essa comunicação popular, elaborei um texto didaticamente orientado a que chamei de “Cartilha de Contracontrole Social”.

Não me furtarei a dar, mais adiante, informações detalhadas sobre essa Cartilha, bem como sobre os resultados da pesquisa em que ela foi utilizada, até porque me orgulho muito desta tentativa, embora admita que ela não tenha sido tão bem-sucedida quanto eu esperava. Mas gostaria de, antes, tecer considerações sobre diversas questões pertinentes à proposta de Holland e, por afinidade, ao meu próprio projeto de contracontrole social.

SOBRE A RECEPTIVIDADE DA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL NOS MEIOS ACADÊMICO E LEIGO

Tendo escrito o seu artigo pouco depois do surgimento do livro *Beyond Freedom and Dignity*, de Skinner (1971/1973), Holland (1973) já comentava a má receptividade que formadores de opiniões e pessoas em geral deram à interpretação behaviorista

das relações humanas no âmbito de uma sociedade desigualmente institucionalizada. Lamentava ele:

É uma lástima que as pessoas às quais mais diz respeito a luta pela justiça considerem Skinner e os condicionadores operantes como o inimigo, perdendo assim a oportunidade de usar um poderoso instrumental para a análise do controle exercido dentro do sistema a que se opõem. (Holland, 1973, p. 274)

Lamentável foi também a rejeição anterior a um dos mais importantes trabalhos de Skinner (1957/1978), o *Verbal Behavior*, de 1957, e, nesse caso, pela própria comunidade acadêmica, da qual se esperaria melhores critérios de avaliação. Em um texto posterior, Holland (1978) assinalou a relevância dessa obra para a orientação dos behavioristas socialmente engajados no processo de análise das contingências verbais que oprimem as pessoas nos âmbitos institucionais. Infelizmente, lhe faltaram condições para ensejar uma utilização mais sistemática, desqualificado que o livro de Skinner fora, apenas dois anos depois, pela aclamada resenha crítica produzida por Chomsky (1959/1975), apesar de suas próprias deficiências e incongruências, que tive já a oportunidade de discutir (Sá, 1982).

Juntando as duas observações precedentes e considerando-as à luz das perspectivas pós-modernas, que pretendem ter ultrapassado tanto umas quanto outras, parece oportuno observar que o behaviorismo radical precedeu tais correntes em suas proposições básicas. De fato, Skinner adiantou-se nitidamente a elas na desconstrução dos constructos cognitivos e afetivos, algo que os psicólogos pós-modernistas alardeiam estar agora promovendo. Por outro lado, o inatismo suposto por Chomsky na aquisição da linguagem, descartado por Skinner, é

não só também desdenhado pelos pós-modernistas, mas tem perdido também adeptos no âmbito da própria linguística.

A despeito disso, ambas as correntes de pensamento acadêmico continuam a fazer mais sucesso junto a públicos acadêmicos e leigos eruditos do que faz o behaviorismo radical. Na seara do pós-modernismo, o autor mais prestigiado – cujo trabalho guarda uma certa afinidade com o de Skinner (Sá, 1983) – é Foucault, mas seguido de uma coorte menos qualificada. Em outro extremo de ordem teórico-conceitual, a figura de ponta é ainda Chomsky, dada a sua atuação, amplamente midiaticizada, em prol das populações oprimidas mundo afora. E ambos são tidos como “heróis” da academia nos esforços para a necessária transformação do mundo.

Enquanto isso, Skinner é tachado, segundo Holland (1973), como defensor do *status quo* e o grande opositor de tal transformação. Embora Skinner (1948/1972) tenha nos brindado com a deliciosa ficção de *Walden II* no mesmo ano, 1948, em que Orwell escreveu a apavorante ficção de 1984, seu trabalho não foi avaliado como a possibilidade de construção de uma comunidade feliz, distinta da opressiva sociedade imaginada por Orwell (1949/1976). Ao contrário, muitos críticos e leitores as tomaram como equivalentes, igualmente autoritárias e rígidas, sem espaço para o desenvolvimento pleno da individualidade.

É possível que o fracasso de *Beyond Freedom and Dignity*, de 1971, tenha alguma relação com a elaboração posterior por Skinner, em 1974, de *About Behaviorism*, em que ele desenvolve o behaviorismo radical como a filosofia da análise do comportamento, pois a epistemologia tradicional, de cunho

cognitivo, não dava conta do entendimento daquela ciência. Neste livro, os constructos mentalistas são interpretados em termos comportamentais (Skinner, 1974/1982), e isso deveria favorecer a compreensão dos demais textos de lavra behaviorista. Mas, quem, além dos próprios behavioristas pode ter chegado a lê-lo? Dentre os cognitivistas e os denominados humanistas devem ter sido muito poucos, de modo que a má receptividade das propostas de base comportamental tendeu a se perpetuar.

UMA CARTILHA DE CONTRACONTROLE SOCIAL: CONCEPÇÃO, AVALIAÇÃO E RESULTADOS

Na minha tese (Sá, 1985), em cuja dimensão empírica busquei seguir a orientação de Holland, elaborei um texto, ao qual pretendi dar uma orientação didática e a que denominei “Cartilha de Contracontrole Social”. O trabalho foi conduzido nos anos de 1983 e 1984, quando o país, submetido a uma ditadura militar, passava por uma “abertura lenta, segura e gradual”, programada pelos próprios governantes e que veio finalmente a se concretizar em 1985, com a eleição, ainda indireta, de um presidente civil. O planejamento da pesquisa levou em conta tal situação, a qual, por certo, influenciou também a elaboração da Cartilha.

Antes de expor o conteúdo da Cartilha, creio ser interessante apresentar o conceito de “contracontrole social” que foi assumido na sua elaboração. Tanto esse conceito quanto o conteúdo sucinto da Cartilha e os procedimentos e resultados da pesquisa empírica que a envolveu encontram-se descritos também em Sá (1986). O contracontrole social recebeu, na esteira das concepções de Skinner e de Holland, a seguinte definição: qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as

consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazo) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização.

No que se refere à Cartilha em si, descrevo a seguir seus cinco capítulos – programados para uma leitura sequencial – com os respectivos títulos e ementas. Capítulo 1 – “As causas e o controle dos fatos”: Fatos naturais e fatos sociais. As causas dos fatos e o controle de variáveis dependentes por variáveis independentes. O controle dos fatos pelo homem. Relações entre o controle social e o contracontrole social.

Capítulo 2 – “O controle do comportamento humano”: Controle do comportamento pelo ambiente. Comportamento respondente e comportamento operante. O controle do comportamento operante pelo reforço positivo e pelo reforço negativo. Outros mecanismos de controle: privação, punição, extinção. O controle por estímulos discriminativos.

Capítulo 3 – “As práticas e as agências de controle social”: Os níveis do controle social. O controle pessoal na vida cotidiana. O controle grupal pela comunidade ética. O controle institucional pelas agências governamental, econômica e educacional. A agência governamental, seu poder de punir, e o estabelecimento do comportamento conforme a lei e do comportamento obediente. A agência econômica e o poder de manipulação do reforço positivo, da privação e do reforço negativo no controle do trabalho e do consumo.

Capítulo 4 – “As possibilidades de contracontrole social”: O contracontrole como uma forma de con-

trole, contra os controles aversivo e exploratório. O contracontrole e os efeitos de atenuação, eliminação ou prevenção do controle. O contracontrole das agências governamental e econômica. O contracontrole na comunidade ética e na educação.

Capítulo 5 – “A organização democrática do contracontrole”: A meta idealizada do controle social baseado no reforço positivo sem consequências aversivas em tempo algum. A democracia como a institucionalização do contracontrole preventivo dos controles aversivo e exploratório. A constituição de uma agência democratizante pelas instituições e movimentos de contracontrole.

Para sua elaboração e emprego, a clientela potencial da Cartilha foi caracterizada como indivíduos adultos, de ambos os sexos, moradores do Estado do Rio de Janeiro, com nível de escolaridade fundamental e que, sob um critério tríplice básico de qualidade de vida (trabalho, habitação, saúde), se encontrassem em condições insatisfatórias.

A pesquisa consistiu na obtenção de avaliações da Cartilha por parte de informantes qualificados. Quarenta deles foram inicialmente selecionados, em função da intensidade de suas militâncias em instituições e associações progressistas e democratizantes da vida social, política e econômica brasileira, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, tais como: sindicatos de trabalhadores; partidos políticos de ideologia socialista; associações de moradores de bairros e favelas; entidades de assistência social, sanitária e educacional à população; associações comunitárias religiosas; organizações de trabalhadores em empresas e movimentos de defesa dos direitos de minorias sociais. Destes, 29 líderes e militantes puderam

ser contatados e 14 vieram finalmente a conceder as entrevistas solicitadas em tempo hábil para serem incorporadas ao estudo.

A cada informante contatado foi entregue pessoalmente, por um membro da equipe de pesquisa, um exemplar da Cartilha de Contracontrole Social, acompanhado de uma carta de apresentação da pesquisa e do pedido de colaboração. Na ocasião, era combinado com esse colaborador um prazo viável para a leitura da Cartilha e obtida sua autorização para que a entrevista, a realizar-se ao final desse prazo, fosse gravada. As entrevistas seguiram um roteiro padronizado, de modo a assegurar a obtenção de um núcleo comum de informações e avaliações da parte dos informantes. Um breve questionário foi ainda incluído com vistas à obtenção adicional de julgamentos passíveis de quantificação e de dados de identificação do informante.

De um modo geral, os informantes consultados avaliaram positivamente a Cartilha de Contracontrole Social. Nesse sentido, merece destaque o fato de que foi muito bem recebida a iniciativa de estender um tipo de conhecimento acadêmico à sociedade mais abrangente e, em especial, aos segmentos desta, que de outra forma provavelmente jamais teriam acesso a tal conhecimento. De fato, se o propósito de elaboração da Cartilha não tivesse sido considerado explicitamente pelos informantes como sério e responsável não haveria sentido em dar prosseguimento ao estudo de sua aplicabilidade. Parece possível ainda que essa boa receptividade tenha se devido à ausência de uma disposição paternalista na proposta de educação popular representada pela Cartilha, o que teria sido percebido pelos informantes.

Outro aval positivo recebido pela Cartilha foi a compatibilidade percebida por 12 dos informantes

entre as interpretações teóricas e prescrições aplicadas da Cartilha e os objetivos político-sociais das suas próprias entidades. Isso pode ser atribuído a uma espécie de estampagem de orientações políticas na introdução dos princípios behavioristas radicais quando da discussão dos problemas sociais contemporâneos ao longo da Cartilha. O fato de que essa inclusão de posicionamentos políticos não tenha implicado na distorção dos princípios veiculados constitui uma demonstração de que o sistema skinneriano não está forçosamente vinculado às necessidades do sistema controlador aversivo e/ou exploratório.

Já em uma direção oposta, cabe observar, pelo menos em princípio, uma grave deficiência da Cartilha. Trata-se da reduzida inteligibilidade potencial do seu texto para a população a que se planejou destiná-la. De fato, mais de uma terça parte dos informantes foi taxativa em caracterizá-la como de muito difícil compreensão. E, embora os outros nove informantes tenham feito o julgamento mais cauteloso de “relativa facilidade/alguma dificuldade”, pode-se suspeitar de que, se solicitados a se definir entre as alternativas de “muita facilidade” e “muita dificuldade”, levariam suas avaliações em direção à maior dificuldade. De qualquer forma, não se poderia mesmo esperar facilidade na compreensão de uma abordagem tão distinta das explicações mentalistas tradicionais, dado que estas permeiam não só a cultura erudita, mas também a cultura popular em todos os seus níveis.

Buscou-se avaliar ainda a utilidade potencial da Cartilha para tornar mais eficazes as atividades desenvolvidas pelas entidades, bem como o interesse destas em explorá-la como instrumento de educação política. Nesses itens, as distribuições dos julgamen-

tos dos informantes tenderam para uma espécie de “curva normal”, porém com alguma assimetria no sentido de favorabilidade, e mais acentuada no que se refere à utilidade da Cartilha. Parece plausível que a distribuição dos julgamentos nessas questões seja uma resultante das avaliações muito positivas quanto à seriedade da Cartilha e sua compatibilidade com os objetivos das entidades e das avaliações mais negativas quanto à compreensão do texto.

Quanto à capacidade mobilizadora da Cartilha para o engajamento nas atividades das entidades, há que considerar que, se os leitores a que se destina não forem induzidos de algum modo a abri-la, não se expondo, portanto, aos estímulos verbais que a compõem, estes não poderão mesmo produzir os efeitos comportamentais propostos. Essa dificuldade não é diferente do problema de obter adesões aos movimentos. Militantes experimentados sabem bem como fazê-lo, com paciência, falando aos interesses mais imediatos da pessoa a ser recrutada. Por outro lado, uma vez iniciada a leitura da Cartilha, seu prosseguimento poderia ser assegurado pela estratégia reforçadora característica da instrução programada, como desenvolvida com sucesso no meio universitário por Holland e Skinner (1961/1971). A ausência de uma tal providência foi uma limitação da nossa incipiente “tecnologia do comportamento”, que se apoiava apenas sobre a estimulação verbal discriminativa.

Todavia, todos os informantes julgaram que os leitores veriam nas construções verbais da Cartilha uma descrição de suas próprias vidas e de como elas são controladas em vários níveis. Confirmava-se assim uma das principais expectativas sobre as quais se baseava a pretendida capacidade reforçadora do texto. De fato, supunha-se que uma alta probabili-

dade de auto-reforço, capaz de responder pelo prosseguimento do comportamento de leitura da Cartilha, seria devida ao reconhecimento, pelo leitor a que se destinava, de uma estreita correspondência entre o que se descrevia no texto e as suas próprias condições de vida. Outra suposição quanto ao poder reforçador da Cartilha, que foi endossada pelos informantes, é representada pelo fato de que, além de descrever as condições insatisfatórias de vida como resultado de procedimentos de controle social aversivo e/ou exploratório, ela buscava demonstrar a possibilidade de sua superação por meio da ação contracontroladora.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

As discussões desenvolvidas na segunda seção deste artigo, sobre a receptividade da perspectiva comportamental, bem como na seção precedente, que se ocupou das mesmas questões no contexto da elaboração e utilização de um instrumento de socialização de tal perspectiva, são enriquecidas pelos perspicazes depoimentos de Rozyngo, Swift, Swift e Risley (1973), que reproduzi em Sá (1979) e tomo a liberdade de fazê-lo novamente agora.

A sociedade não será subitamente “convertida” a uma “filosofia operante”, mas a total aceitação das proposições operantes não constitui um pré-requisito para a utilização das técnicas operantes. Ao invés disso, a tecnologia operante será parcialmente aceita, e termos tais como “aproximações sucessivas” e “modelagem” são maneiras operantes de falar sobre aceitação parcial. Um recém-chegado à realidade operante só pode ser ensinado de um modo gradual, por uma série de aceitações parciais. (Sá, 1979, pp. 146-147)

Esta é uma avaliação bastante ponderada e realista. Não obstante, da ocasião em que foi formulada até os dias de hoje, ou seja, durante os últimos quarenta anos, o ritmo de socialização da perspectiva comportamental parece se mostrar um tanto lento. Esta é, entretanto, uma impressão de quem não tem acompanhado o desenvolvimento do campo ao longo de trinta anos, que pode, pois, estar equivocada, e tomara que assim esteja.

De qualquer forma, a mim tem parecido que o exercício da terapia comportamental é aquele que mais tem ensejado as adesões gradativas e parciais à perspectiva operante, no caso, por parte dos pacientes e, quem sabe, também por seus parentes e amigos. O fato de que seus profissionais estabeleçam trocas entre eles em suas associações e em periódicos científicos, como esta Revista, deve contribuir bastante para a consolidação de um núcleo de conhecimentos teóricos e técnicos. E não será surpresa se alguns pacientes, pelo menos, busquem acesso a tais informações e assim se familiarizem com a ciência que fundamenta as atividades que desenvolvem sob a orientação dos seus terapeutas.

Por outro lado, as recentes iniciativas que tenho testemunhado de recuperação de outros trabalhos acadêmicos sobre o behaviorismo radical, publicados alguns deles há já várias décadas, mostram que a mera passagem do tempo não foi suficiente para extinguir o interesse por eles no país. Além da ênfase que a iniciativa da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva merece nesse sentido, gostaria de ressaltar que, considerando as solicitações que me chegaram até agora, têm sido os jovens estudiosos, com frequência ainda estudantes, que têm manifestado tal interesse.

Mas, para além da juventude, vale a pena finalizar estas considerações adicionais com observações feitas por Skinner e Vaughan (1983/1985) a propósito da velhice, quando o primeiro autor contava já com 80 anos. Elas parecem bastante apropriadas à questão da receptividade das proposições behavioristas pela população que se quer beneficiar. Nesse sentido, diz o próprio Skinner:

Se este livro fosse um tratado científico, deveríamos tê-lo escrito de modo muito diferente. Teria sido então mais fácil relacionar o seu conteúdo a outros fatores sobre o comportamento humano, mais úteis à investigação ulterior acerca dos problemas da velhice. Mas, então, o livro não serviria ao nosso presente propósito. Estaria fora do alcance de milhões de pessoas que não desejam pensar sobre a velhice de modo científico, mas apenas desejam se preparar para vivê-la bem. (Skinner & Vaughan, 1983/1985, p. 15)

Ao que, não esquecendo as expectativas quanto à contribuição que o livro pudesse dar em termos behavioristas, Skinner acrescenta: “O leitor poderá avaliar se a linguagem cotidiana é suficiente, e os cientistas comportamentais poderão fazer sua própria versão. (Para tanto, encontrarão um pequeno esboço de sugestões ao final do livro)” (Skinner & Vaughan, 1983/1985, p. 16).

E, em duas breves páginas finais, ele atende àqueles que prefeririam uma descrição científica das prescrições para viver bem a velhice. Mas oferece também aos leigos curiosos algumas equivalências entre as expressões usadas no livro e a terminologia behaviorista.

REFERÊNCIAS

- Chomsky, A. N. (1975). Reseña de la conducta verbal de B. F. Skinner. In O. Nudler (Org.), **Problemas epistemológicos de la psicología** (pp. 113-164). Buenos Aires: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1959).
- Holland, J. G., & Skinner, B. F. (1971). **A análise do comportamento**. São Paulo: Ed. Herder. (Trabalho original publicado em 1961).
- Holland, J. G. (1973). Servirán los principios conductuales para los revolucionários? In F. S. Keller & E. R. Lñesta (Orgs.), **Modificación de conducta: Aplicaciones a la educación** (pp. 265-276). México: Editorial Trillas.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Behavioral Analysis**, 11(1), 163-174.
- Orwell, G. (1976). **1984**. São Paulo: Cia Editora Nacional. (Trabalho original publicado em 1949).
- Rozytko, V., Swift, K., Swift, J., & Risley, T. R. (1973). Controlled environments for social changes. In H. Wheeler (Org.), **Beyond the punitive society**. London: Wildwood House.
- Sá, C. P. (1979). **Psicologia do controle social**. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Sá, C. P. (1982). Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de O comportamento verbal, de Skinner. **Forum Educacional**, 6(1), 22-51.
- Sá, C. P. (1983). Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 35(2), 136-145.
- Sá, C. P. (1985). **O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Sá, C. P. (1986). Contracontrole social: Uma extensão do behaviorismo radical à educação política popular. **Forum Educacional**, 10(2), 43-73.
- Skinner, B. F. (1972). **Walden II**. São Paulo: E.P.U. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1973). **Beyond freedom and dignity**. Middlesex: Penguin. (Trabalho original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (1978). **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (1982). **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F., & Vaughan, M. E. (1985). **Viva bem a velhice: Aprendendo a programar a sua vida**. São Paulo: Summus Editorial. (Trabalho original publicado em 1983).